

Duplos movimentos e forças pendulares: perspectivas polanyianas sobre a era neoliberal¹

Double movements and pendular forces:
Polanyian perspectives on the neoliberal age

Gareth Dale²

gareth.dale@brunel.ac.uk

Resumo. Na era neoliberal, a noção de Karl Polanyi sobre o “duplo movimento” tem sido muito utilizada por cientistas sociais como uma crítica à ordem vigente e como prenúncio do seu desaparecimento. Este artigo apresenta o teorema do duplo movimento, tomando por base textos publicados e não publicados de Polanyi. Explora paralelos entre a explicação dele sobre o advento do regime de livre mercado novecentista na Grã-Bretanha e os recentes estudos polanyianos sobre a ascensão do neoliberalismo. Após uma análise da refuncionalização “pendular” da tese de Polanyi, o artigo conclui perguntando se a recente crise financeira global sinaliza um movimento pendular que parte do neoliberalismo (ou “fundamentalismo de mercado”) em direção a uma forma de capitalismo socialmente coordenado, ou em direção a “mais do mesmo”. A partir de 2011, parece que as políticas e a ideologia neoliberais continuam hegemônicas, mas não de forma revigorada, e sim como um regime político “morto-vivo”, que gerou uma florescente literatura sobre “capitalismo zumbi” e “neoliberalismo zumbi”.

Palavras-chave: Karl Polanyi, neoliberalismo, duplo movimento, crise financeira, zumbi.

Abstract. In the neoliberal era, Karl Polanyi's notion of the 'double movement' has been widely deployed by social scientists as a critique of the prevailing order and a predictor of its demise. This article presents the double movement theorem, drawing upon Polanyi's published and unpublished writings. It explores parallels between his explanation of the advent of the nineteenth-century free-market regime in Britain and recent Polanyian accounts of the rise of neoliberalism. Following an analysis of the 'pendular' refashioning of Polanyi's thesis, it closes by asking whether the recent global financial crisis heralds a pendulum swing from neoliberalism (or 'market fundamentalism') towards a form of socially coordinated capitalism, or towards 'more of the same'. As of 2011, it appears that neoliberal policy and ideology remain hegemonic, not in reinvigorated form but as an 'undead' policy regime, one that has spawned a burgeoning literature on 'zombie capitalism' and 'zombie neoliberalism'.

Key words: Karl Polanyi, neoliberalism, double movement, financial crisis, zombie.

Na era do neoliberalismo, o conceito de “duplo movimento” de Karl Polanyi tem sido amplamente empregado por cientistas sociais como uma crítica à ordem vigente e como um prenúncio do seu fim. O tema polanyiano em *A Grande Transformação* (AGT, daqui para fren-

te) que tem ecoado com mais força nos últimos anos é que o liberalismo *laissez-faire* representa uma tentativa utópica de aplicar o princípio do mercado autorregulado na economia internacional, um projeto que semeia as sementes de sua própria destruição. Essencialmente, o

¹ Texto originalmente publicado em inglês na revista *Current Sociology*, 60(1):3-27, janeiro de 2012, <http://dx.doi.org/10.1177/0011392111426645>. © The Author(s) 2012. Reprinted by Permission of SAGE.

² Department of Politics and History, Marie Jahoda Building, Brunel University, Uxbridge UB8 3PH, UK.

argumento de Polanyi era de que os acontecimentos cataclísmicos com os quais sua geração convivia – Primeira Guerra Mundial, ascensão do fascismo, Grande Depressão, implosão do mercado mundial e uma corrida armamentista que apontava para um novo conflito global – não eram fatos isolados, e sim manifestações de um problema subjacente, a ruptura da unidade social, que foi enraizada na “sociedade de mercado”. As origens do “cataclismo”, como ele mesmo colocou (1957, p. 29), “residiam no esforço utópico do liberalismo econômico para configurar um sistema de mercado autorregulado”. Segundo Fred Block (2001), parafraseando Polanyi, os processos de “desenraizamento” que esse sistema desencadeia podem ser comparados ao esticar de

uma corda elástica gigante. Esforços para trazer maior autonomia do mercado aumentam o nível de tensão. Se for esticada demais, ou a corda vai arrebentar – representando a desintegração social – ou a economia vai voltar a uma posição mais enraizada.

No clima de fundamentalismo de mercado das décadas de 1990 e 2000, teóricos sob a influência de Polanyi previram que a corda iria arrebentar ou, na melhor das hipóteses, voltar a um estado de relaxamento. “Podemos estar mais uma vez à beira de uma *grande transformação*”, refletiu Jürgen Habermas (2001, p. 85), para dar um exemplo que pode valer por muitos. Durante a recente “Grande Recessão”, outros engrossaram o coro. Os leitores do jornal *The Guardian* foram instruídos a consultar a AGT como o texto mais útil para a compreensão de “como chegamos a esta confusão e como podemos ter certeza de que isso não vai se repetir?” (Bunting, 2008; ver também Pabst, 2008; Bollier, 2009; McQuaig, 2009). Sociólogos como Mark Banks (2008) sugeriram que estamos “entrando num período em que a tensão da corda foi aliviada – já que os liberais do mercado esticaram as coisas demais –, e os estados estão tentando moderar o mercado em prol da sociedade. “No mesmo ano, Barry Gills (2008) identificou um “movimento pendular”, que parte de “*mercados socialmente desenraizados*” para “*mercados socialmente re-enraizados* (à Karl Polanyi)”, enquanto o amigo de Polanyi, Immanuel Wallerstein (2008),

declarou que “o equilíbrio político está voltando atrás. A globalização neoliberal será escrita daqui a uns 10 anos como uma oscilação cíclica na história da economia capitalista mundial. Os governos e as populações, prosseguiu Wallerstein, estão tirando conclusões políticas radicais, incluindo “o retorno a um alto grau de protecionismo”, o retorno da aquisição estatal de empresas falidas, a implementação de medidas keynesianas, e o “retorno de mais políticas sociais redistributivas”. Outro comentário muito lido a respeito da crise, que coloca o duplo movimento de Polanyi na previsão de um fim do fundamentalismo de mercado é *Meltdown: o fim da era da cobiça*, pelo jornalista Paul Mason (2009, p. 170), da BBC. A fase atual do duplo movimento, segundo Mason (2009, p. x), começou em 1989 e atingiu o seu ponto de inflexão. O neoliberalismo “chegou ao fim como ideologia e como modelo econômico”, e “aqueles que querem impor justiça social e sustentabilidade no capitalismo globalizado têm uma chance em um século”³. Ainda mais recentemente, a economista Ilene Grabel (2010) fez um comentário polanyiano sobre a grave situação econômica da Espanha, Portugal e Grécia. O que vemos lá “é um projeto que lembra muito os projetos de criação de mercado da reconstrução econômica e social que Karl Polanyi descreveu em [AGT].” Nessas economias duramente atingidas, o projeto neoliberal continua, mas está encontrando resistência na forma de “protestos de idosos, estudantes, trabalhadores, servidores públicos e sindicatos”. É digno de nota que figuras proeminentes nesse movimento, como David Begg, secretário-geral do Congresso Irlandês dos Sindicatos, tenha Polanyi como seu padroeiro (Begg, 2008).

O objetivo principal deste artigo é investigar os usos que o conceito do duplo movimento tem recebido nas duas últimas décadas. Começo com uma exposição do teorema do duplo movimento, baseada nos textos publicados e não publicados de Polanyi em inglês e alemão. Depois eu exploro os paralelos entre a sua explicação do advento do regime de livre mercado novecentista na Grã-Bretanha e os recentes estudos polanyianos sobre a ascensão do neoliberalismo. Isso prepara o terreno para um segundo objetivo: interrogar a natureza da conjuntura atual. Após uma análise dos

³ Alguns capítulos mais tarde, no entanto (Mason, 2009, p. 141), o tom é mais sóbrio, em reconhecimento ao fato de que, nos países ricos, pelo menos, nenhuma substituição óbvia coerente conseguiu reunir importantes forças sociais em torno de um programa político concreto.

pontos fortes e fracos da refuncionalização “pendular” da tese de Polanyi, entro na questão da recente crise econômica global: seria provável sinalizar um balanço pendular que parte do extremo fundamentalismo de mercado e vai em direção a uma forma de capitalismo socialmente coordenado, ou a um neoliberalismo reconstituído – seja de modo revigorado ou “morto-vivo”?

Perigos da economia de mercado

Polanyi era uma criança na Hungria liberal no final do século XIX. Para a geração de judeus burgueses de seus pais, a perspectiva parecia ser a de um progresso linear. Eles haviam crescido numa época em que a vida estava se tornando cada vez mais segura. A hegemonia britânica em nível mundial e a prosperidade agrícola interna sustentavam uma forte tendência liberal na política econômica. Na política húngara, o liberalismo teve a sua época de ouro a partir de 1867. Liberdades de imprensa, de expressão, de manifestação e de religião foram concedidas, e o judaísmo foi colocado em pé de igualdade com outras religiões. Os liberais – incluindo o pai de Polanyi – acreditavam piamente que a Hungria estava muito bem posicionada na rota da modernidade. Para os judeus da geração dele, a igualdade plena ainda não estava ao seu alcance, mas a vida era visivelmente mais tolerável do que havia sido para os seus pais e avós. Algo do seu radiante *Zeitgeist* é capturado pelo personagem Laszlo Hegedüs no romance *A Geração Feliz*, de Ferenc Körmendi. “Esta época em que você está crescendo”, Hegedüs prometeu a seu filho (Körmendi, 1945, p. 18),

será feliz porque – porque não há nenhuma razão para o contrário. Oh, essa geração feliz! A ciência está impelindo a civilização a dar passos largos para frente; o conhecimento humano está se expandindo e todos os dias acrescenta uma nova camada de tijolos no palácio do bem-estar humano e da paz das nações e almas.

Para a geração de Polanyi, ao contrário, a crença de que o progresso social chegaria por meio da ciência e do capitalismo estava evaporando. Em vez disso, a industrialização e a mercantilização pareciam gerar toda sorte de fenômenos desagradáveis – a destruição de comunidades rurais, a exploração e a regressão moral. Na esquerda política, a oposição a esses males se concentrava em torno dos sindicatos

e do Partido Social Democrata. À direita, o antissemitismo e o chauvinismo estavam levantando suas cabeças. Fizeram uma advertência: o potencial progressista da *Gesellschaft*, do Iluminismo e dos valores liberais, não deve ser dado como garantido.

Em suas duas últimas décadas, o Império Habsburgo sofreu crise após crise antes de implodir, no final da Primeira Guerra Mundial. Seguiram-se em rápida sucessão as “Repúblicas de Conselhos” e a ditadura antisemita de Miklós Horthy, antes da qual Polanyi fugiu, em meados de 1919. Após um intervalo relativamente estável na “Viena vermelha”, ele foi forçado a fugir novamente, em 1933, desta vez para a Grã-Bretanha. Lá, ao longo dos turbulentos anos 30, ele investigou a fundo as causas do “cataclismo”, esboçando a posição de destaque que mais tarde foi apresentada em AGT.

A turbulência das décadas pós-1914, Polanyi argumenta em AGT, não deve ser interpretada como ocorrendo em estágios desconectados (guerra, Grande Depressão, guerra), já que todos aqueles eram sintomas de um profundo mal-estar, um colapso civilizacional, cuja gênese ele localizou no advento da economia de livre mercado. O diferencial da economia de mercado em relação a todos os outros sistemas econômicos anteriores reside no fato de que seu funcionamento depende da comoditização da terra, trabalho e dinheiro – mercadorias fictícias no léxico de Polanyi. Como os seres humanos e a natureza “não são produzidos (como a terra) ou, se fossem, não estão à venda (como o trabalho)”, estritamente falando não são mercadorias de forma alguma, mas a ficção de serem produzidos se tornaria o princípio organizador da sociedade do século XIX (Polanyi, 1977, p. 10). Como o trabalho é inseparável dos seres humanos na sociedade em que vivem, e a terra é seu *habitat* natural, a sua inserção como mercadorias fictícias no mecanismo de mercado trouxe a subjugação “da substância da própria sociedade às leis do mercado” (Polanyi, 1957, p. 71). Enquanto as economias anteriores haviam sido “enraizadas nas relações sociais”, no sistema de mercado o comportamento econômico se torna “desenraizado” do tecido social.

O mercado autorregulado impõe à “sociedade” a sua lógica e as suas leis, mas simultaneamente, em termos institucionais, coloca-se fora da esfera política. O Estado, uma vez privado de suas antigas funções de regulação e afastado de sua maior atividade econômica, assume um papel estreito de “guarda noturno”,

como responsável pela aplicação das regras do mercado. Aqui, isso também marca uma saída inédita em relação a toda gama de formações sociais anteriores, incluindo a Grã-Bretanha em seu período mercantilista. “Em geral, é característica da sociedade humana”, dizia Polanyi a seus alunos, “que a sua organização legal, moral e econômica seja uma só, isto é, que é artificial insistir nessas diferenças”. A sociedade de mercado moderna constitui uma exceção, pois nela desenvolveu-se uma esfera econômica distinta, que é separada da política.

Em AGT, Polanyi não poupa esforços em detalhar a abrangência do contraste entre a economia de mercado e os outros sistemas. Em nenhum desses últimos “os mercados eram mais do que acessórios da vida econômica”⁴. Em todos eles, a produção e distribuição de bens “foi assegurada por meio de uma grande variedade de motivos individuais disciplinados por princípios gerais de comportamento. Entre esses motivos, o ganho não era o principal” (Polanyi, 1957, p. 55). Apesar das tendências para a comercialização, nem mesmo o período mercantil experimentou nada que pudesse antecipar o futuro controle dos mercados sobre a sociedade. Como resultado, a transição para a economia de mercado ocorreu de forma abrupta, implodindo a “unidade” da sociedade. A partir de mercados distintos e regulados, o liberalismo econômico na década de 1830 na Grã-Bretanha rapidamente forjou uma nova e unificada economia de mercado. O ponto crítico foi alcançado com o estabelecimento de um mercado de trabalho integrado, um novo tipo de instituição que funcionava ameaçando de fome aqueles que não conseguissem arranjar emprego.

Explicar por que essa mudança institucional explosiva ocorreu não é a tarefa central da AGT, mas Polanyi trabalha bem suas duas causas principais. Em uma delas, de foco tecnoeconômico, ele propõe que, uma vez estabelecida a “sociedade comercial”, o uso de máquinas elaboradas para o processo de produção criou a necessidade de um mercado autorregulado. Equipamento caro não é rentável, a menos que produza grandes volumes de mercadorias; o funcionamento contínuo desse circuito dependia de uma oferta estável dos fatores de produção, e isso exigiu a sua comodificação. A outra causa é de caráter normativo: essencialmente, “a expectativa de que os seres humanos se

comportem de forma a obter o máximo de retorno em dinheiro” (Polanyi, 1957, p. 68). Essa crença foi defendida com rigor e popularizada pelos economistas políticos Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus e seus seguidores, e ganhou força quando suas teorias foram adotadas pela classe governante.

A nova política econômica de Malthus e Ricardo era taxativa: as leis humanas que interferem com o mercado, especialmente as tradicionais leis dos pobres, só poderiam ser contraproducentes. Com sua abolição, em 1834, o mercado de trabalho foi estabelecido, e isso “liberou” a economia de mercado (Polanyi, 1957, p. 83). A transição foi repentina, uma reação em cadeia, na qual “a inofensiva instituição do mercado desencadeou uma explosão sociológica. [...] Em vez de o sistema econômico ser enraizado nas relações sociais, as relações sociais foram agora enraizadas no sistema econômico”. Todas as dimensões da vida humana, incluindo “o casamento e a criação dos filhos, a organização da ciência e da educação, da religião e das artes... até mesmo a estética da vida cotidiana”, agora tiveram que ser moldadas de acordo com as necessidades do novo sistema (Polanyi, 1947).

Essa pode ser uma perspectiva crítica sobre a emergência da sociedade de mercado, mas não é pessimista. Na ótica de Polanyi, a experiência que começou na Grã-Bretanha novecentista, antes de se espalhar pelo mundo, era utópica e, como tal, fadada a falhar, pois as tendências destrutivas de um mercado descontrolado geraram uma reação espontânea de “proteção social”. Apesar do fato de que o conflito entre os princípios do mercado e a proteção social culminou em um período de trinta anos de guerras mundiais e fascismo, há um otimismo implícito em crer que uma sociedade “protetora” acabará vencendo.

A premissa central da AGT é a de que a conversão de terra, trabalho e dinheiro em mercadorias fictícias representa ameaças mortais à natureza, aos seres humanos e aos negócios, conduzindo inevitavelmente a injustiças, à resistência e ao imperativo de proteção. Apoiado por grupos de economistas políticos, empresários e políticos, a ideia do mercado autorregulado poderia parecer irresistível, mas possuía uma falha crítica. Simplesmente porque “ignorou o fato de que deixar o destino da terra e das pessoas para o mercado seria o mesmo

⁴ Polanyi (1957, p. 26). Uma versão expandida desse e dos cinco parágrafos seguintes aparecem em Dale (2010).

que destruí-las” (Polanyi, 1957, p. 131). Assim, tão logo o capitalismo industrial garantiu suas bases na Grã-Bretanha, “nasceu um movimento bem enraizado” para proteger a sociedade humana dos seus perigos (Polanyi, 1957, p. 76, 83). Sob a forma de um duplo movimento, a expansão dos princípios de mercado que regem “mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias”. Mesmo quando os mercados se espalharam por todo o mundo, um “contramovimento” estava em marcha, pressionando pela intervenção estatal por meio da qual os efeitos “autodestrutivos” do mercado podem ser verificados.

Em si, o duplo movimento é uma noção simples envolvendo a opressão gerada pelo mercado e a resistência daí resultante, mas essa ideia é costurada em uma tela histórica mais complexa e alimenta uma tese ambiciosa sobre as contradições resultantes entre mercantilização e protecionismo. O contramovimento, afirma Polanyi, agiu no século XIX como um andaime que forneceu apoio necessário para a expansão do mercado ao verificar suas tendências destrutivas. No século XX, no entanto, tornou-se um andaime em sentido diferente: a plataforma sobre a qual o sistema de mercado deveria encontrar seu fim. As leis de fábrica, tarifas e subsídios que emanaram do contramovimento deram origem a um rígido sistema de preços e de mercados inflexíveis, crescimento mais lento e instabilidade concomitante. Essas contradições econômicas tendiam a invadir o cenário político, enquanto os estados se esforçavam para influenciar o comércio exterior. No fundo, conclui Polanyi (1936-1940), a Primeira Guerra Mundial “foi o resultado das tentativas de aliviar a tensão econômica” causada pela pressão dos mercados livres globais sobre os sistemas nacionais cada vez mais inflexíveis. A guerra não conseguiu aliviar a tensão, servindo, ao contrário, apenas para reforçar as tendências à intervenção estatal e à autarquia, derrubando a economia de mercado, a civilização liberal e tudo mais.

Problemas e ambiguidades

A tese de Polanyi do duplo movimento é trabalhada de forma complexa e magnífica em termos de alcance. Sua considerável influência é merecida. Mas não está livre de dificuldades e confusões, tendo provocado numerosos debates. Os conceitos emprega-

dos em AGT são adaptados para o argumento histórico-antropológico particular que está sendo feito, e não como um processo analítico sistematizado. Além disso, Polanyi tendia a ser “inconsistente em sua definição de conceitos-chaves”, como disse um de seus seguidores (Halperin, 1988, p. 30).

Um debate diz respeito à discussão de Polanyi sobre a conquista colonial europeia. Para estudiosos brasileiros (Fernandes e Wjuniski, 2008), AGT exagera o grau em que a “sociedade” existiu na América Latina antes da colonização. Com uma experiência diferente em mente, a da África Austral, Michael Burawoy (2003, p. 222) indica o caso contrário: a análise de Polanyi do colonialismo, retratando a sociedade indígena como indefesa contra o mercado, foi baseada em fontes historiográficas suspeitas e orientalistas. Uma pesquisa mais recente mostra que “os africanos contestaram o capitalismo, limitaram a degradação do seu povo e estavam presentes na feitura de sua própria história”. A ordem colonial, de fato,

não só não destruiu a sociedade indígena, como também fez sérias tentativas para defender essa sociedade. [...] O regime colonial procurou proteger as comunidades indígenas como reservas de mão-de-obra barata, por um lado, e por razões de estabilidade política, por outro.

O uso de Burawoy do termo “proteção” evidencia um problema semântico no discurso polanyiano que se origina em AGT. Lá, a discussão mais ampla sobre proteção vem de uma discussão do sistema de Speenhamland no início do século XIX na Inglaterra. No corpo principal do texto, ele é apresentado como “protegendo o *trabalho* dos perigos do sistema de mercado” (Polanyi, 1957, p. 80). Mas nas notas anexadas à segunda edição, “proteção” é referida de forma bem diferente. Aqui, Speenhamland é descrito como “um movimento de proteção da *comunidade rural* em face da ameaça representada por um crescente nível salarial urbano”, em que por “comunidade” Polanyi (1957, p. 299-301) quer dizer empregadores rurais. Nessa leitura, Speenhamland visava acima de tudo à manutenção de uma reserva de mão-de-obra rural barata, ao impedir os trabalhadores de fugirem para áreas urbanas. Duas formas distintas e até antitéticas de proteção – ora dos padrões de vida dos trabalhadores, ora da reserva de mão-de-obra dos empregadores – são confundidas.

Esse desdobramento de abordagens diferentes para a mesma categoria de “proteção” não se limita a Speenhamland, mas ocorre em outras partes da AGT, com protecionismo comercial ou taxas de importação, vistos como comparáveis a lutas sindicais. Considere-se, a título de ilustração, o caso da Alemanha de Wilhelmine. Polanyi descreve a alta das tarifas sobre produtos agrícolas no final do século XIX não como a manifestação “de uma tendência social à autoproteção gerada em resposta aos danos do descontrole das forças de mercado” (Polanyi, 1977, p. 1). No entanto, as tarifas mais altas foram exigidas pela classe dos *Junkers*, como resultado de sua preocupação em combater as importações baratas que ameaçavam suas receitas, e foram repelidas pelas organizações da classe trabalhadora – classe que, de acordo com o roteiro de Polanyi, era destinada a agir como “protetora da sociedade” contra a economia de mercado. O protecionismo foi imposto de cima, sob o protesto dos sindicatos e do Partido Social Democrata.

A negligência das questões de classe social afeta a teorização de Polanyi dos mercados e do poder do estado. Seu conceito de mercado é inconsistente, na medida em que se abstrai das questões de propriedade e controle. Se essas fossem levadas em conta, muitas medidas aparentemente “protecionistas” despontam como suportes necessários ao sistema de mercado, e não como expressões de um movimento que vai contra ele. Os proprietários exigem uma mão-de-obra que esteja viva, saudável, educada, estável e reprodutora, e vão apoiar de bom grado a expansão de instituições não-comodificadas para promover esses fins. A gestão desses processos normalmente recai sobre os estados. Os dois princípios envolvidos – política social e geração de lucros – podem colidir nos detalhes, mas partilham uma base comum. Polanyi observa corretamente que as elites percebem a necessidade de reformas protecionistas, mas está equivocado ao supor que a lógica em questão é minar e finalmente abolir o mercado de trabalho. A apropriação pelo Estado de amplos poderes, no final do século XIX e início do século XX, expressava acima de tudo os requisitos de não-mercado do próprio capitalismo.

A sugestão de Polanyi de que o estímulo protecionista tanto pode minar ou *fortalecer* o sistema de mercado aumenta a confusão. A questão é às vezes negligenciada na literatura, mas Polanyi (2001, p. 200) é categórico:

As reações da classe operária e do campesinato diante da economia de mercado levaram ao protecionismo, no primeiro caso na forma da legislação social e leis de fábrica, e no segundo na forma de tarifas agrícolas e leis agrárias. No entanto, havia uma diferença importante: em caso de emergência, os fazendeiros e camponeses da Europa defendiam o sistema de mercado, que era ameaçado pelas políticas da classe trabalhadora. Enquanto a crise do sistema naturalmente instável foi provocada por ambos os lados do movimento protecionista, os estratos sociais ligados à terra estavam inclinados a se comprometer com o sistema de mercado, enquanto a ampla classe trabalhadora não deixava de quebrar as regras e desafiá-lo abertamente.

Polanyi acreditava que o impulso protecionista estava conduzindo aos fins que neste trecho ele associa ao trabalho, e não aos fazendeiros e camponeses. Mas não existe consenso entre os atuais polanyianos quanto a esses efeitos terem sido alcançados ou não no período pós-guerra, como veremos abaixo.

Um aspecto final do “duplo movimento” de Polanyi que vem sendo alvo de crítica é sua propensão à explicação funcionalista e determinista. Por funcionalismo eu me refiro à doutrina de que as sociedades têm necessidades, e ao fato de que identificar as formas como tais necessidades são atendidas constitui uma explicação de por que determinados processos sociais são como são. Ronaldo Munck (2006), por exemplo, detectou “um sopro de funcionalismo” na maneira como Polanyi conceitualiza o contramovimento como um processo semiautomático que surge espontaneamente em reação às depredações do livre mercado. Esse sopro, sugere Munck, está ligado à tendência de Polanyi de deixar as relações de poder não especificadas. Em AGT existe “uma clara falta de mediações” para explicar como o contramovimento pode funcionar; ou seja, “quem exatamente iria agir *espontaneamente* contra o sistema de mercado não regulamentado e desenraizado e por quê?”.

Nessa questão, Michael Burawoy enfatizou dois pontos (Burawoy, 2003; ver também Webster *et al.*, 2008). O primeiro é que o funcionalismo aparente em AGT resulta do emprego de “uma noção antiquada de formação de classes na qual a desorganização milagrosamente leva à organização”. Polanyi estava escrevendo, antes de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de Edward Thompson, um livro que “aponta a importância das tradições da classe trabalhadora para a formação de classe” e destaca o fato de

que a mobilização bem-sucedida depende de “*recursos* – culturais, políticos e econômicos”. O segundo é que a argumentação em AGT contém “mais do que um sopro de teleologia!”. Aqui, Burawoy está discutindo a conceituação do socialismo, definida por Polanyi (2001, p. 242) como “a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado autorregulado ao subordiná-lo conscientemente a uma sociedade democrática”. O socialismo pode não ser inevitável, mas “uma tendência inerente à civilização industrial” é uma afirmação mais ou menos certa, observa Burawoy (2003, p. 229), e isso, diz ele, lembra o “socialismo evolutivo de Eduard Bernstein, com sua expansão quase inevitável da democracia do cenário político ao econômico”. Na mesma linha, Fred Block (2003) observou que, na sua abordagem da história econômica britânica em AGT, Polanyi identifica dois momentos cruciais: a passagem da Nova Lei dos Pobres, em 1834, e a crise da sociedade de mercado, sendo que ambas são descritas como se tivessem ocorrido “com a força da inevitabilidade”.

A referência de Burawoy a Bernstein serve para nos lembrar que o pensamento político de Polanyi foi desenvolvido em estreita interação com os debates socialistas da Segunda Internacional, que já eram violentos, enquanto ele estava entre a adolescência e os seus vinte e poucos anos. Se a ortodoxia foi representada pelo determinismo evolucionista de Karl Kautsky, reações contra ela incluíam a “revisão” liberal-socialista de Bernstein e a heterodoxia comunista de Luxemburgo, Lenin, Lukacs e Gramsci, bem como a “terceira via” austromarxista. Bernstein e os austromarxistas rejeitaram o determinismo econômico, invocaram um papel autônomo para a ética e insistiram no papel decisivo desempenhado pela consciência humana na mudança social. Ainda assim, um conjunto de pressupostos visivelmente deterministas continuou a caracterizar seu pensamento, cujo mais importante foi a tese de que a evolução social, manifestada por uma classe operária em expansão e pela introdução do sufrágio universal, estava guiando a civilização humana inexoravelmente para o socialismo (Burawoy, 1990). No austromarxismo, o repúdio ao determinismo econômico e ao materialismo mecânico em termos teóricos conviveu com a crença de que a ampliação da franquia abria ao proletariado um “caminho seguro e indolor ao poder” (Bauer, 1976, p. 150) e uma prática cotidiana que era baseada na fé de que a história estava ao lado do socialismo.

Das três vertentes do socialismo da Segunda Internacional que reagiram contra a ortodoxia de Kautskyan, Polanyi estava, na década de 1910, mais próximo do revisionismo bernsteiniano. Ele então mudou para um voluntarismo tolstoiano idealista antes de retornar à órbita marxista. Durante sua estada em Viena (1919-1933), ele tentou conciliar seu compromisso *idealista* no sentido da ação com o reconhecimento da função determinante das estruturas sociais, mas, em minha opinião, ele não teve sucesso, quer como atividade prática, quer como contemplação teórica. Ele periodicamente reiterou seu compromisso com uma “*vigorosa intervenção* ativista *consciente* nos eventos” (Polanyi, 2005, p. 220), mas permaneceu afastado do movimento social ou de outra atividade política, e apoiou a estratégia de seu amigo Otto Bauer e o do Partido Social Democrata. Nos anos 1930 ele se tornou “um apoiador convicto da Rússia soviética” (Polanyi Levitt, 2008) e andou mais perto da filosofia marxista determinista que caracterizava os partidos vinculados a ela.

Na década de 1940, Polanyi se voltou firmemente contra o marxismo e, no processo, segundo Burawoy (2010, p. 307), ele veio a rejeitar “a própria ideia de capitalismo, com seus imperativos de acumulação e de novas fontes de lucro”. As consequências foram, em primeiro lugar, que o aparato conceitual polanyiano se mostrou incapaz de identificar as forças que levaram ao ressurgimento do liberalismo econômico na década de 1970, como será discutido a seguir, e, em segundo, que o próprio Polanyi não previu a consolidação do capitalismo de Estado (ou “nacional”) no pós-guerra. Nos anos 1950, ele de fato discutiu o poder crescente das corporações, mas acreditava erroneamente que isso significava uma continuação da “grande transformação” distante da sociedade de mercado.

Do final da Segunda Guerra Mundial até sua morte, a teoria desenvolvida em AGT não se encaixava na realidade: apesar de vigorosa intervenção do Estado, o capitalismo teve então seu maior *boom*. Mas foi um *boom* que continha as sementes de uma futura ressurreição do liberalismo econômico. Apesar de todas as reformas de Roosevelt, Attlee e seus congêneres, a maior parte dos meios de produção em todo o mundo ficou nas mãos das elites empresariais existentes, cujo principal objetivo era a acumulação de capital – um fato fundamental que é negligenciado nos textos de Polanyi sobre o pós-guerra. Elas foram capazes de usar

sua riqueza e poder para burlar normas que restringiam seus objetivos, manipulando políticos e influenciando a opinião pública. Os pré-requisitos para a virada neoliberal da década de 1980 já estavam, na época que a precedeu, muito presentes na forma de classes capitalistas estabelecidas, mas também nos compromissos liberais da social-democracia. Para essas classes, tendo sido um pouco incomodadas pela regulação política durante o longo *boom*, a crise da década de 1970 e o fracasso das políticas keynesianas para recuperar as taxas de lucro criaram a oportunidade de revanche (Harman, 2009; Neale, 2004; Harvey, 2005).

Tendo iniciado no Chile com uma aliança entre economistas de Chicago e tiranos locais, na Europa o movimento que mais tarde ficaria conhecido como neoliberalismo recebeu uma mãozinha de seu oponente ostensivo, a social-democracia: negativamente, na forma de compromissos para combater a crise econômica ao frustrar aspirações populares e conter movimentos sociais; e positivamente, já que a própria social-democracia partiu em direção ao que se chamava naquela época de soluções “monetaristas”, a começar pelo famoso discurso de James Callaghan na conferência do Partido Trabalhista em 1976. Governos como os de Callaghan, contando com o apoio de aliados nas sedes sindicais, estimularam uma mudança no controle dos protestos grevistas, levando-o das bases aos funcionários de maior escalão, acabaram com a onda crescente de lutas trabalhistas que havia caracterizado os anos 1960 e 1970, e se comprometiam com a meta de restaurar a rentabilidade à custa da classe trabalhadora. Os pacotes de ajuda foram muito semelhantes em países diferentes: na Grã-Bretanha, o “Contrato Social”; na Itália, o “Compromisso Histórico”; na Espanha, o “Pacto de Moncloa”. Combatidos pela social-democracia e pelo eurocomunismo de tendência direitista, os movimentos trabalhistas ficaram vulneráveis aos ataques de empregadores e governos de meados dos anos 1970 em diante, em um contexto marcado por crises mais graves e desemprego crescente. Em condições de declínio de rentabilidade e acirramento da competição internacional, governos conservadores e social-democratas similares aproveitaram a queda de confiança dos trabalhadores para impor medidas de austeridade e atacar a organização sindical. Sistemas de bem-estar social, na Grã-Bre-

tanha já em vigor em meados dos anos 1970, foram adaptados para atender a interesses empresariais (Gough, 1979). O neoliberalismo surgiu como a doutrina estratégica que justificava essas ofensivas (e outras similares).

Duplo movimento redux

Se o interesse na tese do duplo movimento de Polanyi se manteve moderado durante o *boom* do pós-guerra, isso mudou com a ascensão neoliberal.⁵ Na era de Bush e de Clinton, os paralelos com a de Gladstone e a de Disraeli não são poucos. O “Consenso de Washington” não implicava a imposição de uma padronização institucional semelhante em países do mundo contra a qual Polanyi havia protestado em AGT? Seus mentores e defensores certamente beberam da mesma fonte “utópica” que seus precursores, Ricardo e Malthus, e com uma fé igualmente zelosa de que todos os cantos da sociedade deveriam ser colonizados pelo mercado, e que a derrubada dos controles sobre transações econômicas redundaria no benefício de todos. Quase sem exceção, aqueles para quem Polanyi serve de inspiração estão unidos em sua divergência com o sistema de crença neoliberal. Um “excesso de mercados”, dizem eles, gera instabilidade socioeconômica, e nações como a Grã-Bretanha e os EUA, que são caracterizadas por um “alto grau de mentalidade de mercado” deverão sofrer altas taxas de “desagregação social, crime, e desvio [*sic*]” (Boyer e Hollingsworth, 1999).

Como o diagnóstico precede o prognóstico, pode-se perguntar qual deverá ser consequência desses acontecimentos desestabilizadores. Para os polanyianos, um contramovimento é a resposta curta, mas traçar suas coordenadas não é tarefa simples. Em nível superficial, é verdade, identificar momentos históricos específicos em que a reforma neoliberal provocou uma resposta “protetora” pode parecer perfeitamente simples. A título de ilustração, consideremos uma parcela da história contemporânea da Venezuela, começando em 1989, com a “Grande Virada” neoliberal introduzida pelo presidente Carlos Andrés Pérez. O sofrimento decorrente dos pobres foi um fator que contribuiu primeiro para o “Caracazo” (revolta em Caracas) e posteriormente para o golpe de Hugo Chávez, seguido – depois de sua derubada, nova crise social e empobrecimento

⁵ Esse e os três parágrafos seguintes extraídos de Dale (2010).

das massas – de sua eleição em uma plataforma “protetora”. Poucos polanyianos defenderiam que esse é um caso de duplo movimento em ação. Quando se trata de identificar outros exemplos, contudo, há bastante espaço para discordância. Uma breve revisão da literatura serve para ilustrar esse ponto.

Um lugar apropriado para começar poderia ser a série de contribuições que apareceram no início da década de 1990. Em uma delas, Björn Hettne (1991, p. 151) arrisca dizer que essa década “pode marcar o fim da ideologia do livre mercado, assim como os anos 1920 o fizeram. Afinal, os fundamentos para o mercado global (Bretton Woods) estão ruindo, e ainda não há substituto. “Um contramovimento de proteção estava surgindo, cuja arquitetura global consistiria em um ‘sistema mundial regionalizado’, com a União Europeia em seu centro” (Hettne, 1991, p. 148-152). No Canadá, Robert Cox (1994) estava pensando em moldes semelhantes. O mundo tinha voltado “ao início da primeira fase do movimento de Polanyi” na forma de pós-fordismo neoliberal, mas tinha enfrentado quase que imediatamente uma crise de legitimidade devido ao extremo sofrimento e exclusão dos pobres, à queda de respeito generalizada pelos políticos e, especialmente no mundo pós-comunista, a uma nostalgia pela estabilidade e igualdade do passado. Se tendências anômicas tendiam a se intensificar e movimentos malignos como o fascismo não podiam ser eliminados, havia também boas razões para se esperar por alternativas benignas. Lembrando os contramovimentos do início do século XX contra o mercado de autorregulação e regimes econômicos “fordistas” e à ideologia keynesiana que lhes tinha dado origem, Cox (1994, p. 156, 191) propôs que essas conquistas em escala nacional poderiam ser repetidas em escala de economia global nas décadas seguintes. Um contramovimento ocorreria de cima para baixo, a título de “luta entre formas rivais de economia substantiva – capitalismo rivais”, mas também de baixo para cima, por meio de uma “recomposição da sociedade civil” inspirada por uma variedade de instituições e de movimentos sociais.

Embora os contramovimentos projetados por Hettne e Cox sejam típicos do gênero, a lista de candidatos para a inclusão pode ser estendida. O cientista político polanyiano Richard Sandbrook (2011) inclui ONGs em sua apresentação do contramovimento, enquanto Ronaldo Munck (2007, p. 35) identifica os “es-

tados de desenvolvimento” do Terceiro Mundo no mundo pós-guerra, com a aplicação da “industrialização conduzida pelo Estado por trás de barreiras protecionistas”. Adaman *et al.* (2003, p. 358) identificam “o movimento anticapitalista e antiglobalização” que anuncia, espera-se, uma nova era de regulação, enquanto o teólogo Gregory Baum (1996, p. 57-60) percebe um crescente contramovimento na forma de meios “neocorporativistas” de cooperação entre a gestão das empresas e sua força de trabalho, bem como projetos de “microeconomia”, tais como cozinhas comunitárias, lojas de varejo geridas cooperativamente, e jardineiros no cultivo de vegetais em seus lotes. Outro teórico de inspiração polanyiana, escrevendo sobre a transição para o mercado na Rússia dos anos 1990, defende a inclusão da Máfia como uma organização protetora. “A concepção tradicional da máfia como mantenedora de um mínimo de direitos pessoais e defensora do homem comum contra o descaso do Estado”, diz ele,

parece fazer muito sentido. Se Polanyi tivesse conhecido mais sobre a organização da máfia, ele poderia tê-la classificado como um mecanismo de defesa pelo qual a sociedade tentava se proteger dos estragos da mudança excessivamente rápida para um sistema de mercado (Kregel, 2000, p. 114).

Alguém poderia pensar que os mafiosos representam um caso limite, mas não. Alargando o âmbito do contramovimento até o perímetro mais externo, Ron Stanfield (1986, p. 119) inclui o imperialismo, o nacionalismo e a corporação como formas de proteção social e atendimento de necessidades:

O imperialismo e o nacionalismo são princípios da ideologia protecionista, a sua prática é a administração política, diplomática e militar da economia. [...] Mesmo a corporação moderna, a instituição econômica central do capitalismo moderno, pode ser vista como parte da reação protetora. O principal estímulo por trás da revolução corporativa é a necessidade de estabilizar e controlar as exigências do ambiente corporativo, e essas exigências são em grande parte as incertezas concomitantes ao funcionamento do mecanismo de mercado.

Como exemplo final do contramovimento contemporâneo, considere-se o argumento idiossincrático de Doug Porter e David Craig (2004) de que a consolidação “social” do neoliberalismo por meio de Blairite e de outras estratégias da “terceira via” representa um

contramovimento polanyiano. O liberalismo contemporâneo, sugerem eles, “foi além de uma fase anterior de desagregação, desregulamentação e “mais de mercado” (neoliberalismo franco e racionalista), e virou-se para a fixação, legitimação e garantia da reforma liberal”. Como parteiros do novo neoliberalismo “inclusivo”, eles identificam um grupo diversificado liderado pelo “que Polanyi chama de *reacionários iluminados*”, incluindo funcionários dos organismos financeiros internacionais ou governos centrais e formuladores de políticas nos domínios da concorrência e regulação do comércio, com o apoio de ONGs, ativistas de saúde pública e “eleitores da esquerda”. Juntos, esses grupos protestam e regulam a ordem neoliberal, dando-lhe “um rosto humano” (2004, p. 391). Para Porter e Craig, o movimento de re-enraizamento da virada do século, exemplificado por estratégias pós-Washington de “redução da pobreza” e “inclusão social”, foi introduzido pelas instituições centrais (cujo domínio foi reforçado) do capitalismo global.

A grande oscilação

O esquema apresentado na AGT pode ser resumido como E-D-E', em que E e D representam sociedade enraizada e desenraizada⁶. A nova forma de sociedade, E', representa o fim da história, em que os elementos de mercado que surgiram para dominar a sociedade do século XIX tornaram-se integrados (ou negados) dentro de uma síntese ordenada. Alguns teóricos de inspiração polanyiana (Lacher, 1999, 2007) argumentam que E' nunca chegou, que a “grande transformação” de Polanyi permanece na sala de espera da história, tendo sido adiada pelo inesperado sucesso do capitalismo regulado. Mas para aqueles que acreditam que as décadas “keynesiano-fordistas” do pós-guerra representaram E', o fim daquela era levantava questões relativas ao âmbito do duplo movimento. Deveria ser refuncionalizado como um processo recorrente, e aplicado à ascensão e à queda prevista do neoliberalismo? Se for assim, a sequência seria E-D-E'-D', em que D' representa a era neoliberal.

Com E-D-E'-D', a dialética hegeliana da AGT (E-D-E') é transposta para uma teoria cíclica da alternância entre o capitalismo de

mercado nacionalmente enraizado e globalmente livre. Alguns têm atribuído erroneamente a última perspectiva ao próprio Polanyi – como na afirmação de Zaki Laidi (2007, p. 17) de que “Polanyi mostrou como o capitalismo oscila entre fases em que tanto tenta se libertar das instituições sociais que o mantêm em cheque ou [é] obrigado a se enraizar nas instituições sociais”. Como essa citação ilustra, na recente teoria polanyiana do modelo de quatro estágios do duplo movimento em AGT – mercantilização, contramovimento, tensões perturbadoras, resolução socialista/irrupção fascista –, esse tende a ser reduzido a uma perspectiva mais simples e bastante diferente, centrada em uma onduação entre regulação e comodificação de tendências *dentro* do capitalismo, um perpétuo ir-e-vir entre regimes que enraizavam e desenraizavam o mercado. A análise é muitas vezes acompanhada por um apelo por um ritmo pendular mais lento. Nas décadas de 1950 e 1960, dizem que a regulação e o protecionismo foram longe demais, levando a demandas salariais excessivas e a lucros limitados, o que ameaçou a “melhoria”. Nas décadas de 1980 e 1990, por outro lado, a mercantilização chegou ao extremo, levando a níveis de instabilidade e insegurança que deixaram o “habitat” em perigo. Nessas últimas décadas, com o triunfalismo neoliberal como pano de fundo, aquela era uma análise que tinha grande destaque, mas agora mal se distingue da opinião dominante. Aqui, a título de ilustração, é como a história de regimes econômicos é vista por Gillian Tett, editor-chefe estadunidense do *Financial Times*.

Se você olhar para trás ao longo da história, vai ver o pêndulo oscilando entre estatismo e excessiva devoção aos ideais do livre mercado. Nós claramente nos inclinamos demais na direção dos extremos do mercado livre nos últimos 20 ou 30 anos; agora estamos nos movimentando na outra direção. A opção menos ruim deve estar em algum ponto intermediário.⁷

Como base para a política radical, a tese pendular tem implicações desestimulante-fatalistas. Parafraseando a citação do *The Guardian* no começo deste artigo, ela parecia prever “por que nós podemos ter certe-

⁶ A analogia com o C-M-C', a representação de Marx para a circulação de mercadorias simples, embora não intencional, é pertinente.

⁷ Disponível em: www.bbc.co.uk/radio4/news/anyquestions.shtml. Acesso em: 05/03/2009.

za de que essa confusão vai acontecer novamente". Analiticamente, sua grande falha é que, ao postular uma dicotomia de "Estado" e "mercado", a sua co-constituição é suprimida. No entanto, como um somatório heurístico retrospectivo da evolução econômica ao longo dos últimos dois séculos, contém uma medida de bom senso. Na escala do mundo como um todo, e se o índice tomado é a regulação estatal do comércio, das finanças ou das condições de trabalho, ou o grau de globalização comercial ou financeira, ou a força da ideologia da autorregulação dos mercados, podem-se criar padrões político-econômicos ondulatórios. Durante as duas guerras mundiais, o traçado das fronteiras entre política e economia foi amplamente redesenhado, com os estados das nações em guerra supervisionando ou tomando controle direto da oferta de força de trabalho, matérias-primas e grande variedade de produtos manufaturados. Os picos gêmeos da resultante economia enraizada parecem bem claros: um menor, mas forte no momento da Primeira Guerra Mundial, seguido por uma enorme silhueta montanhosa, com uma parede ocidental que sobe acentuadamente durante a Grande Depressão, e um flanco oriental que começa sua descida mais gradual cerca de duas décadas mais tarde. Quanto aos vales, os meados do século XIX são um caso paradigmático. Os anos 1920 representam um segundo caso, apesar do seu corporativismo crescente. O terceiro, é claro, estende-se dos meados dos anos 1970 em diante; a questão do seu ponto final é discutida a seguir.

No entanto, a medida do senso comum é relativamente superficial. Pois se os altos e baixos aparecem como claramente marcados, há muitas exceções à regra de que períodos históricos caracterizados pela predominância do mercado e uma tendência acentuada à comodificação coincidem com a desregulamentação das condições de trabalho e uma abordagem *laissez-faire* de assuntos econômicos por parte do Estado. Na Alemanha de Hitler e na Rússia de Stalin, a gestão dos negócios por parte do Estado coincidiu com um ataque às regras, costumes e instituições que protegiam o trabalho. No "keynesianismo de bem-estar social militarista" que caracterizou as economias industriais avançadas durante o boom do pós-guerra, a tendência para a co-

modificação do trabalho, natureza e conhecimento estava muito presente, e neste aspecto o advento do neoliberalismo não marcou uma reviravolta. A história do capitalismo, como destaca a economista polanyiana Michele Cangiani (2011), "não pode ser reduzida a uma oscilação mecânica da economia de forma mais ou menos enraizada, e vice-versa. [...] As semelhanças entre a atual fase neoliberal e o liberalismo do século XIX são menos interessantes do que as diferenças".

Para ilustrar essas diferenças, Cangiani lista o desenvolvimento tecnológico, a estrutura do mercado, o papel do Estado, bem como a qualidade e as perspectivas da democracia, mas pode-se estender a lista ainda mais, com, *inter alia*, a proliferação de corporações industriais e financeiras consideradas "grandes demais para falir", e do "keynesianismo militar" praticado nas administrações neoliberais dos EUA, como nas de Reagan e Bush Jr.⁸ Ao ponto de a era neoliberal ter representado de fato uma virada pendular, é principalmente com relação à regulação das finanças, e não à comodificação como tal. O fim decisivo do neoliberalismo – um forte balanço pendular, se preferirem – centrou-se no afrouxamento das restrições às instituições e nos fluxos de financiamento internacional. As economias, em particular dos EUA e da Grã-Bretanha, tornaram-se cada vez mais "financeirizadas". Nesse ponto, eu me refiro ao aumento do papel econômico das finanças (medido pela relação entre lucros financeiros e lucros totais), juntamente com a integração de uma gama mais ampla de atores nos mercados financeiros, a proliferação de instrumentos financeiros (especialmente os derivativos), e a ascensão do sistema bancário paralelo (Callinicos, 2010). Este último inclui os fundos de hedge e firmas de *private equity* que estavam no centro desse frenesi de inovação, particularmente no comércio de derivativos, instrumentos que deram suporte às bolhas de crédito dos anos 2000, que estouraram ao final da década, provocando a "Grande Recessão" de 2008-2010.

O neoliberalismo, a Grande Recessão e a fase zumbi do capitalismo

Quando a economia mundial caiu numa recessão em 2008 e no início de 2009, parecia que

⁸ Com a ascensão das corporações "grandes demais para falir", o sistema perde um pouco da sua flexibilidade anterior – uma perda que Polanyi havia associado à era do capitalismo regulado.

o modelo de livre mercado estava implodindo. Com os preços dos ativos e taxas de crescimento em espiral de queda, o gasto deficitário keynesiano foi redescoberto nos EUA, Europa e mais claramente na China. Tendo ampliado liberdades de mercado que facilitavam a acumulação de lucros nas mãos das corporações, durante a crise os Estados passaram a organizar a absorção pública do risco privado. O bem-estar corporativo financiado pelo Estado atingiu alturas vertiginosas, incluindo estatizações (em geral, temporárias e parciais). O principal beneficiário da generosidade governamental foi o setor empresarial – acima de tudo, os bancos, que já no início de 2010 tinham aumentado salários e bônus em níveis pré-quebradeira, graças ao apoio do Estado. Nos EUA, nos nove meses que se seguiram a queda da recessão em março de 2009, os lucros corporativos aumentaram em 280 bilhões de dólares, enquanto os salários caíram 90 bilhões de dólares. Na Grã-Bretanha, durante o mesmo período, os lucros cresceram 24 milhões de libras, e os salários, apenas 2 bilhões de libras. “É quase inédito o fato de os lucros crescerem mais rápido do que os salários em termos absolutos”, comentou Dhaval Joshi, do fundo de hedge RAB Capital, que calculou os números. Nos EUA e na Grã-Bretanha, ele concluiu, essa foi “a recuperação mais injusta da história econômica moderna”.⁹ Na Grã-Bretanha, no ano 2000, os CEOs das maiores empresas ganhavam 47 vezes o salário médio de trabalhadores de tempo integral; em 2009, passaram a ganhar 81 vezes mais. Só naquele ano, um ano de recessão, a combinação da riqueza das 1.000 pessoas mais ricas da Grã-Bretanha aumentou em 77 bilhões de libras – um número que coloca em perspectiva os drásticos cortes de 6 bilhões de libras anunciados pela coligação governista entre conservadores e democratas (Vincent, 2009, p. 7). A tendência era global e continuou até 2010. Naquele ano, de acordo com o relatório anual sobre a riqueza mundial do Merrill Lynch e Capgemini (*in* Treanor, 2011), a riqueza dos “indivíduos de alta liquidez” – aqueles com pelo menos um milhão de dólares em dinheiro disponível – subiu quase 10%, atingindo um recorde. Esta transfusão de riqueza para uma pequena elite amplia seu poder político, em detrimento da democracia (Rowbottom, 2010; Hind, 2010; Wolin, 2010; Bartels, 2008).

A redistribuição da riqueza para a elite rica com apoio estatal na era neoliberal é surpreendente e tem sido exacerbada pela tênue regulação. Poucos discordariam que a fronteira entre política e economia mudou muito na era de Reagan, Clinton e Bush, ou que um reajuste parcial ocorreu em 2009-2010, com o desenterrar da caixa de ferramentas da política keynesiana. Mas qual é a natureza e trajetória desses procedimentos, e em que medida eles são capturados pelo modelo polanyiano?

Antes de avaliar a condição e o destino potencial do neoliberalismo, permitam-me brevemente analisar o significado do termo. Em seu sentido mais restrito, denota uma doutrina econômica: em essência, uma nova edição da ortodoxia neoclássica do início do século XX, com o seu compromisso com a “autorregulação” do mercado e redução de tarifas, embora com vários adjuntos (para a análise monetarista da inflação, a teoria do lado da oferta, e a implantação de “modelos empresariais” que permitem que braços do Estado sejam gerenciados como empresas, ver Ferguson, 2010). Esta doutrina guiou uma estratégia que visa inclinar ainda mais o campo de regulação econômica para os interesses das corporações. Uma vez que a estratégia tinha “detido as elites”, o neoliberalismo passou a funcionar como um “movimento social de cima”, orientado a pôr em prática um regime de regras, políticas e práticas sociais que reivindicam fidelidade à doutrina. Tendo-se tornado hegemônico, o neoliberalismo veio, finalmente, caracterizar uma etapa no desenvolvimento do capitalismo, uma fase marcada, por parte das elites dominantes, por uma profunda antipatia por coletividades sociais e redistribuição, por compromissos com a privatização e sistemas de governança inspirados no mercado, e por uma estrutura que privilegiava capitais voltados à exportação e a financeirização (Peck *et al.*, 2010; Mudge, 2008; Mirowski, 2009). O efeito líquido das políticas neoliberais tem sido um enriquecimento extraordinário dos detentores de capital, enquanto houve aumento acentuado da desigualdade, insegurança, perda de serviços públicos, e uma deterioração geral da qualidade de vida das classes pobres e trabalhadoras. Como Harvey (2005) argumentou, a utopia do mercado livre, que supostamente define o neoliberalismo, na verdade funciona

⁹ Disponível em: www.economist.com/blogs/buttonwood/2010/03/profits_commodities_and_debt. Acesso em: 28/03/2010. Ver também Elliot (2010) e Mackintosh (2011).

como cobertura ideológica para o “projeto de classe”: o esforço para restaurar as taxas de lucro das empresas à custa dos trabalhadores e dos beneficiários da previdência social.

Apesar da recente falha doutrinária do neoliberalismo, como “projeto de classe” não há indicação de que seu fim se aproxima. A crise atual, como observado por Peck *et al.* (2010), está colocando pressão considerável sobre o paradigma neoliberal, mas o mundo que ela tem forjado – de um capitalismo globalmente integrado, fortemente privatizado, exposto ao comércio, profundamente financeirizado e socialmente segregado – é “muito mais profundamente estabelecido do que qualquer faceta particular da governança neoliberal”. Dado o caráter fundamentalista de mercado dos maiores formuladores de políticas nos EUA e em outros lugares – incluindo Paul Volcker, Lawrence Summers e Tim Geithner, em Washington, e George Osborne, Vince Cable e Nick Clegg, na Grã-Bretanha –, a perspectiva é de continuidade de uma agenda neoliberal alterada, a manutenção das privatizações e regulação servil ao empresariado. No mercado financeiro, os “mestres do universo” estão consolidando seu poder e não têm demonstrado qualquer inclinação para contemplar qualquer coisa além de pequenas reformas para o seu setor¹⁰. Sob esse prisma, para aqueles que já leram o neoliberalismo, seus últimos ritos foram muito precipitados (Mykhnenko e Birch, 2010; Rustin, 2010; Harnecker, 2010, p. 13). Em vez de uma ruptura com o paradigma neoliberal, as medidas anunciadas desde o início da crise representam um pouco mais que uma inflexão (Watkins, 2010).

Se no curto prazo um neoliberalismo modificado manteve sua força, o que dizer das perspectivas em médio prazo de um duplo movimento polanyiano, talvez comparável ao *New Deal* dos anos 1930 ou ao “liberalismo enraizado” do período pós-guerra? Robert Wade (2009) é um dos principais pensadores a abordar essa questão desde o início da Grande Recessão. Depois de identificar uma série de tendências em 2008-2009 que, se extrapoladas,

sugeririam uma mudança político-econômica radical, tal como o reconhecimento do FMI da legitimidade dos controles de capital e apoio do Banco Mundial aos sistemas de pensão Pay-As-You-Go (PAYG) – em oposição aos fundos de pensões –, ele adverte que “a extrapolação além da recuperação da crise seria imprudente”. Embora o intervencionismo estatal tenha feito uma espécie de retorno, ele será limitado porque “as normas e instituições neoliberais foram blindadas em economias ao redor do mundo nas últimas décadas”. Isso, argumenta ele, aplica-se especialmente ao sistema financeiro. Nos países da OCDE e nos órgãos de gestão da economia mundial, as finanças se tornaram “grandes demais para desafiar”; elas reorganizaram todas as outras instituições econômicas, incluindo corporações, seguradoras de imóveis e fundos de pensão, em apoio ao mercado de capitais como a instituição básica da economia. E se o neoliberalismo enquanto regime político foi blindado no sistema político-econômico, como ideologia ele continua sendo, na ausência de um conjunto alternativo de princípios que possa se estabelecer como núcleo de um novo consenso, “a posição padrão, na falta de algo melhor” (Wade, 2009). Portanto, o duplo movimento está parado na melhor das hipóteses, e bloqueado na pior.

Outra reavaliação recente da tese do duplo movimento, de Alex Callinicos (2010, p. 131), enfoca um conjunto alternativo de obstáculos em direção ao retorno a um “liberalismo enraizado”. Esse sistema, segundo ele, “combinou a liberalização em nível internacional com maior envolvimento do Estado na economia a nível nacional” – o agente de enraizamento foi o Estado-nação. Para que esse equilíbrio pudesse ser alcançado, muito se deve às altas taxas de crescimento do pós-guerra e ao fato de que, “sob os Acordos de Bretton Woods, os Estados detinham e exerciam o poder de regular movimentos de capitais”. Callinicos prossegue alertando sobre apostas no forte crescimento ou no enraizamento renovado de capital dentro dos Estados-nação. A “Grande Recessão” não foi só uma crise financeira, mas um momento

¹⁰ Um exemplo ilustrativo da atitude do setor financeiro na reforma foi a posição defendida por Lloyd C. Blankfein, Presidente e CEO da Goldman Sachs, no auge da crise no início de 2009 (Blankfein, 2009). As medidas necessárias para estabilizar o sistema financeiro que ele propunha eram limitadas à “análise de cenários e testes de estresse” e à separação das “funções de risco e controle” das unidades de negócio, e a “um regime de informação mais eficaz” para instituições financeiras, imposto pelos reguladores. Quando as autoridades reguladoras começaram a elaborar regras que iriam um pouco mais longe do que isso, por exemplo, ao forçar os bancos a reservar uma parcela maior de ativos como garantias legais, a Goldman Sachs, juntamente com outros grandes bancos de investimento, como o JPMorgan e o Deutsche Bank, reagiram com a criação de novos produtos concebidos explicitamente para contornar as novas regras (Jenkins, 2010).

de revelação de uma crise subjacente de acumulação de longo prazo, e que, conforme prevê, deverá continuar. Os investimentos serão restringidos, e isso não é apenas o resultado do excesso de capacidade, mas também reflete a natureza da maquiagem de balanços da recessão: foi aquela em que o colapso no preço dos ativos deixou muitas empresas tecnicamente insolventes e obrigadas a se concentrar na regularização da dívida a fim de evitar a falência. Recessões de caráter balancista tendem a gerar recuperações frágeis – como exemplificado pelos EUA em meados de 1930, quando as taxas de crescimento se recuperaram antes de cair em recessão, em 1937-1938. O tombo econômico da década, além disso, contribuiu para um reforço acentuado do papel econômico dos Estados-nação, em um processo que se perdeu pelo fracionamento do mercado mundial em blocos autárquicos (anos 1930) e com a gestão econômica dirigida à guerra (anos 1940), culminando com o sistema de Bretton Woods (1950). Tanto a fragmentação do mercado mundial e o “liberalismo enraizado” são inconcebíveis hoje, conclui Callinicos, em virtude da integração transnacional da produção muitíssimo mais complexa. A Grande Recessão, portanto, levou a um impasse, no qual nós estamos vendo “uma volta ao Estado-nação, num momento em que a maior integração econômica transnacional exige respostas coordenadas que o regime estatal é incapaz de dar”. Enquanto que, em meados do século XX, o Estado-nação poderia atuar como o principal regulador do mercado, os mercados globalizados de hoje precisam de regulamentação internacional – e as perspectivas para isso estão cada vez mais fracas, dada a tendência atual de ordem mundial multipolar (e, portanto, menos previsível) e a alta concorrência geoeconômica (Callinicos, 2010, p. 132).

Pelo menos nos países ricos do mundo a próxima década deve ser caracterizada por empresas e estados altamente endividados, com fraco crescimento econômico e extremas desigualdades sociais, descontentamento em relação aos partidos parlamentares tradicionais, protestos e rebeliões esporádicos. Nessas condições, pode-se esperar que a crise de legitimidade do neoliberalismo arda em fogo lento.

Como disseram Peck *et al.* (2010), como projeto intelectual o neoliberalismo está praticamente morto, mesmo enquanto cambaleia como um modo de governança guiado pela crise. Nesse cenário, ele está entrando numa fase pós-programática, “morta-viva” ou “zumbi”, “na qual impulsos neoliberais residuais são sustentados não pela liderança intelectual e moral, ou mesmo pela força hegemônica”, como nos anos 1980 e 1990, durante a ascensão neoliberal, “mas por condições macroeconômicas e macroinstitucionais”, incluindo o aumento na austeridade pública e endividamento global, “e modos de administração que buscam o crescimento implorando ajuda aos vizinhos”.

Peck *et al.* não estão sozinhos ao identificar o zumbi como uma metáfora apropriada para o presente socioeconômico. Mark Fisher (2009, p. 15, 78) chamou a atenção para a lógica zumbificante do neoliberalismo, Colin Crouch (2011) descreveu o neoliberalismo como sofrer a “não-morte”, e a revista *Time* elogiou o zumbi como representante de “alguns valores reais americanos” e o colocou como “o monstro oficial da recessão” (Grossman, 2009)¹¹. Gillian Tett (2009) já havia empregado a metáfora para um propósito mais específico, na designação da falange de empresas de títulos privados que são “muito fracas para crescer, mas muito complexas e onerosas para serem fechadas pelos credores”, de tal forma que permanecem “semivivas, envenenando o mundo corporativo ao propagarem silenciosamente uma sensação de estagnação e medo”. John Quiggin (2010) e o economista da SOAS, Ben Fine (2010), adaptaram a metáfora – como “*Zombieconomics*” – para se referir à economia predominante na era neoliberal: morta porque a sua metodologia tem sido amplamente desmascarada, mas não-morta na medida em que persistentemente retorna. (Ela fica tateando “à procura de aplicações a partir da incidência de imperfeições do mercado, quer no vagamente incorporado mundo real, quer por intermédio da apropriação e degradação do material de outras ciências sociais” (Fine, 2010)).

Outros que também fizeram referências metafóricas aos zumbis, finalmente, são Chris Harman, com *Zombie Capitalism* (2009), e David McNally, com *Monsters of the Market*:

¹¹ A referência de Crouch (2011) à “não-morte” foi extraída de um texto clássico de Dangerfield sobre a “Inglaterra liberal”. O livro de Crouch começa (p. 8) observando que “o neoliberalismo está emergindo do colapso financeiro politicamente mais poderoso do que nunca”, mas termina (p. 163) com observações que estão em desacordo com isso, ou seja, que “o modelo neoliberal encontrou agora a sua própria crise na recente falência financeira e bancária” e está “desgastado, como acontece com todos os modelos”.

Zombies, Vampires and Global Capitalism (2011), para quem o zumbi e o vampiro simbolizam o capital. O capital, escreve Harman (2009, p. 84), “é o trabalho que é convertido num produto monstruoso, cujo único objetivo é se expandir. É o “trabalho morto”, na expressão de Marx (Harman, 2009, p. 84), “que, tal qual o vampiro, apenas vive sugando o trabalho dos vivos, e quanto mais vive, mais suga”. Nesse uso da metáfora do vampiro, Marx faz três afirmações interrelacionadas: o argumento da exploração (de que o capital se alimenta do trabalho dos vivos), a ideia de invisibilidade (como vampiros, o ataque sanguessuga do capital está envolto em trevas), e a noção de alienação – os mortos dominam os vivos (McNally, 2011, p. 140). Da mesma forma, o capital pode ser comparado a zumbis. Embora os zumbis na cultura literária e cinematográfica das primeiras décadas do século XX fossem retratados especificamente como trabalhadores irracionais (ou escravos caribenhos) e a partir da segunda metade do século como canibais estúpidos, as analogias em geral com a relação a capital/trabalho não devem ser subestimadas, defende McNally (2011, p. 141).

Ao despertar depois do trabalho, o trabalho vivo o levanta da morte, torna-o morto-vivo. Na verdade, somente a atividade vital do trabalho impede o capital de cair em um estado de morte: “O trabalho vivo deve se apoderar dessas coisas, despertá-las dentre os mortos”. Ao fazê-lo, o trabalho vivo também aliena e se amortece. “Todos os poderes do trabalho se projetam como poderes do capital”, tornando assim os trabalhadores apêndices do monstro animado. Em uma inversão dialética perversa, os mesmos poderes do trabalho que reanimam os mortos também amortece os vivos, reificando-os, reduzindo-os a um estado zumbi. Tendo escapado do controle humano, as metas de capitais são determinadas – como zumbis – por forças impessoais e não por vontade humana consciente.

Harman emprega uma analogia ao zumbi semelhante a de McNally, embora suas criaturas se pareçam mais com uma espécie da tribo de zumbis: os habitantes dos filmes de Romero. Como os zumbis de Romero, o capitalismo global, para Harman (2009), não é apenas parasitário do trabalho humano vivo e ao mesmo tempo morto para as necessidades dos seres humanos vivos, mas está propenso a entrar em erupção em ataques selvagens que causam o caos ao redor. A ameaça que isso representa é apocalíptica, um colapso catastrófico de organização social – na alegoria de Harman, por meio da incontrollável mudança climática.

Em um aspecto, a análise marxista apresentada por Harman e McNally é muito semelhante à de Polanyi. No período entre guerras, Polanyi escreveu uma série de artigos que exploraram as implicações éticas das teorias de Marx sobre alienação e fetichismo de mercadorias (em linhas que se assemelhavam às de seu amigo de infância, Georg Lukacs, em *História e Consciência de Classe*). O sistema de mercado, argumentou ele (Polanyi, 1937), nega a responsabilidade individual autêntica, enfraquece a comunidade, e obstrui sistematicamente o comportamento moral. Porque no capitalismo, ainda no mesmo artigo,

todas as finalidades humanas e sociais dependem, para sua realização, de meios materiais, em última análise as forças cegas que detêm os meios também determinam os fins. Assim, por força das coisas, os meios tendem a dominar os fins. Perversões grotescas do senso comum assumem uma aparência de racionalidade sob a influência do que supostamente é uma lei econômica.

Por perversões, Polanyi tem a força do trabalho em mente: “uma mercadoria a ser comprada e vendida, como pepinos”.

Em sua crítica sobre alienação, atomização social e a mentalidade egocêntrica que as acompanha, Polanyi lembra Marx e Lukacs, mas ele chega lá por meio de um percurso bastante diferente. Para Polanyi, o problema recai sobre a mentalidade instrumental e egoísta, e essa, por sua vez, é o resultado do liberalismo *laissez-faire* e da dominação da “sociedade” pela “economia”. Sua crítica ao sistema de mercado não é focada na exploração, e sim na anarquia e na falta de liberdade. As relações interpessoais são impenetráveis, elas aparecem como respostas às forças de mercado impessoais “objetivas” e não podem, portanto, representar autênticas vontades individuais. Sua heurística não é a oposição contraditória entre capital e trabalho, mas a dicotomia entre economia e sociedade. Na interpretação de Polanyi, o capitalismo, por assim dizer, evidencia os traços de um zumbi, mas não de um vampiro. Já para Marx e seus seguidores, como Harman e McNally, as patologias de alienação e exploração, de zumbi e vampiro, são internamente relacionadas. A separação entre propriedade privada e proletariado sustenta a extração sistemática do excedente conduzida pelo mercado e a acumulação competitiva daí resultantes. O trabalho produz o capital e o trabalhador como mercadoria, com isso aumentando o poder

do capital e aprofundando o afastamento entre um e outro, entre trabalhador e produto, entre humanidade e natureza. A “autoalienação” dos trabalhadores, a subordinação da atividade da vida humana ao valor de troca, é produzida pelo atual processo contínuo de exploração de classe. O mercado não é simplesmente uma modalidade de troca, passível de oposição à “redistribuição” ou à “reciprocidade”, mas, além disso, representa um meio de redistribuição de valor, consolidando a riqueza e o poder nas mãos das elites proprietárias.

Conclusão

A economia mundial entrou em sua primeira grande recessão do século XXI depois de três décadas de predomínio neoliberal, uma era que testemunhou um crescente interesse no pensamento social e econômico de Karl Polanyi. O trabalho de Polanyi, com seu foco no sistema de mercado, a sua dominação transgressora da “sociedade”, o resultante colapso civilizacional e o “duplo movimento” oferecem uma rica fonte aos críticos da ordem neoliberal. Contudo, ele coloca ênfase indevida numa postulada distinção moral entre mercadorias naturais e artificiais (e seus análogos: sociedade enraizada versus desenraizada). Já que o contramovimento é assumido como uma resposta “natural” aos excessos “artificiais” do mercado, pouca atenção é dada às mediações entre ele, reflexo macro-histórico, e reais movimentos históricos. Até onde movimentos reais são levados em conta, tipos completamente diferentes de projeto “protecionista” são espremidos em uma categoria. A classe social tem papel subestimado, e é empregada uma noção determinística obsoleta de formação de classes. A teoria de Polanyi da forma mercadoria, além disso, é pouco desenvolvida, e sua rejeição do conceito de capitalismo o inibiu a investigar alguns dos processos que são indispensáveis à análise da economia mundial contemporânea, especialmente a acumulação, competição, concentração e centralização, e desenvolvimento desigual. Ele não conseguiu identificar o modo pelo qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, as formas tomadas pelos mercados e mercadorias se tornam modificadas, e isso rendeu uma explicação imperfeita sobre o que causou o recuo, na metade do século XX, da era de mercado fundamentalista anterior. Ele acreditava que o “capitalismo regulado” do período entre as guerras era inevitavelmente instável e não poderia durar. Como consequência,

o seu aparato conceitual foi mal equipado para lidar com isso como o fenômeno duradouro em que acabou se transformando – ou, de fato, com a devastação da natureza da subsistência humana que seus vários avatares presidiram. Finalmente, ele cometeu um erro ao tratar da economia de mercado liberal e os seus “outros” assimetricamente, com formas não-liberais de capitalismo (regulado, corporativista, capitalista de estado, desenvolvimentista, etc.), agrupados em um conjunto heterogêneo que recebe a definição apenas indiretamente, no espelho da abstração que é o modelo de mercado (relativamente) livre. Esse último é apontado como a forma geradora, com os outros sendo tratados como uma resposta reativa a ele.

No que diz respeito à complicada situação atual, enquanto o neoliberalismo deverá em algum momento evoluir para um regime diferente, supor que um balanço pendular em direção ao capitalismo estatal possa inaugurar uma nova era de ouro é superestimar a capacidade dos Estados de gerar prosperidade geral. O neoliberalismo não se limitou a representar uma oscilação pendular das décadas anteriores do capitalismo dirigido, mas também, como afirmei acima, uma continuação dele por outros meios. No momento em que escrevo, ainda paira no ar a dúvida, nos países ricos, se as restrições estruturais, conjunturais e políticas ao crescimento (baixas taxas de lucratividade, dívida acumulada, cortes de gastos públicos, respectivamente) vão se combinar para produzir uma nova recessão ou mesmo a fragmentação da Zona do Euro e recessão prolongada, ou se elas vão, de forma lenta mas firme, sair da recessão. De uma forma ou de outra, a atual crise de legitimidade enfrentada pelo capitalismo neoliberal e o conflito político sobre a distribuição do custo social deverão assegurar que se mantenha viva a ideia de alterar o regime político-econômico. Se o neoliberalismo surgiu como resultado de um processo de oscilação ainda em curso, pode-se sentar e especular sobre o próximo movimento do pêndulo. Se, no entanto, fosse uma luta de classe, como defendem Harvey, Harman e outros, empenhada em restaurar as taxas de lucro perdidas nos anos 1970, as questões de formação de classes e a atuação de movimentos sociais deveriam ser o foco da discussão.

Apesar de deposta da eminente posição que já ocupou na disciplina da qual esta publicação é uma voz, a classe social recentemente ressurgiu no discurso científico-social – na

Grã-Bretanha, pelo menos – graças aos esforços de epidemiologistas e geógrafos (Wilkinson e Pickett, 2009; Dorling, 2010), e, em função de uma série de escândalos de corrupção, graças a investigações jornalísticas que lançaram luz sobre uma conexão de poder que inclui magnatas da mídia, parlamentares e altos funcionários da polícia. Na sociologia tem havido uma busca por trabalho inovador (por exemplo, Colin Barker, ver também Barker e Dale (1998), com aplicação de recursos da teoria dos movimentos sociais às questões de classe. A questão que orienta este tipo de pesquisa é como as “classes” que aparecem como categoria “estrutural” na crítica da economia política se traduzem em análise dos movimentos sociais e partidos políticos do mundo real. A luta de classes é vista como algo em que se engajam tanto as classes dominantes quanto as subordinadas, mas é continuamente gerada e reformulada pelos processos duplos, mas interligados, de conflito em torno da concorrência de capitais e exploração do trabalho. A luta de classes não é, nessa concepção, simplesmente algo em que explorados e oprimidos possam ou não se engajar de forma dissimulada ou explícita, mas é também praticada por aqueles que governam os outros e se beneficiam desse domínio. Não é simplesmente “travada entre as classes, mas também dentro delas no sentido prático e teórico que elas têm de situações concretas” e sobre “formas adequadas de atividade, organização e lealdade”, e, além disso, “num terreno político que inclui o debate sobre como se relacionar com as lutas de outras classes e segmentos” (Barker, s.d.). Tal entendimento de classe é indispensável, pois, como propõe Doreen Massey (2010), se a próxima ruptura do regime político-econômico deve ser “genuína”, a questão fundamental será o equilíbrio de forças sociais.

Referências

- ADAMAN, F.; DEVINE, P. OZKAYNAK, B. 2003. Reinstating the Economic Process: (Re)embedding the Economy in Society and Nature. *International Review of Sociology–Revue Internationale de Sociologie*, **13**(2):1-13.
- FERNANDES, R.; WJUNISKI, B. 2008. Polanyian Lessons For Our Days: The case of Brazil. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211234220.pdf. Acesso em: 10/10/2010.
- BANKS, M. 2008. Karl Polanyi, the rubberband man. Disponível em: www.open2.net/blogs/society/index.php/2008/12/12/karl-polanyi-the-rubberband-man?blog=10. Acesso em: 10/10/2010.
- BARKER, C. [s.d.]. Marxism and Social Movements. Disponível em: www.facebook.com/topic.php?uid=6538062135&topic=4086. Acesso em: 10/05/2011.
- BARKER, C.; DALE, G. 1998. Protest Waves in Western Europe: A Critique of “New Social Movement Theory”. *Critical Sociology*, **25**(1-2):65-104. <http://dx.doi.org/10.1177/089692059802400105>
- BARTELS, L. 2008. *Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age*. Princeton, Princeton University Press, 344 p.
- BAUER, O. 1976. *Werkausgabe, Band II*. Vienna, Europa Verlag, 48 p.
- BAUM, G. 1996. *Karl Polanyi on Ethics and Economics*. Montreal, McGill-Queen’s University Press, 112 p.
- BEGG, D. 2008. Banks to Blame for Financial Crisis. Disponível em: www.ictu.ie/press/2008/10/03/banks-to-blame-for-financial-crisis. Acesso em: 10/10/2010.
- BLANKFEIN, L. 2009. Remarks at Council of Institutional Investors Spring Meeting. Disponível em: www2.goldmansachs.com/our-firm/on-the-issues/cii-remarks.pdf. Acesso em: 10/10/2010.
- BLOCK, F. 2001. ‘Introduction’ to Karl Polanyi. In: K. POLANYI, *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, Beacon Press.
- BLOCK, F. 2003. Karl Polanyi and the Writing of *The Great Transformation*. *Theory and Society*, **32**:275-306. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1024420102334>
- BOLLIER, D. 2009. Why Karl Polanyi Still Matters. Disponível em: <http://onthecommons.org/why-karl-polanyi-still-matters>. Acesso em: 10/10/2010.
- BOYER, R.; HOLLINGSWORTH, J.R. 1999. *Contemporary Capitalism: The Embeddedness of Institutions*. Cambridge, Cambridge University Press, 512 p.
- BUNTING, M. 2008. Faith. Belief. Trust. This economic orthodoxy was built on superstition. Disponível em: www.guardian.co.uk/commentisfree/2008/oct/06/economics.economy. Acesso em: 15/01/2009.
- BURAWOY, M. 1990. Marxism as Science: Historical Challenges and Theoretical Growth. *American Sociological Review*, **55**:775-793. <http://dx.doi.org/10.2307/2095745>
- BURAWOY, M. 2003. For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, **31**(2):193-261. <http://dx.doi.org/10.1177/0032329203252270>
- BURAWOY, M. 2010. From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labor Studies. *Global Labor Journal*, **1**(2):301-313.
- CALLINICOS, A. 2010. *Bonfire of Illusions: The Twin Crises of the Liberal World*. London, Polity, 144 p.
- CANGIANI, M. 2011. Karl Polanyi’s Institutional Theory: Market Society and Its “Disembedded” Economy. *Journal of Economic Issues*, **45**(1):177-198. <http://dx.doi.org/10.2753/JEI0021-3624450110>
- COX, R. 1994. The Crisis in World Order and the Challenge to International Organization. *Cooperation & Conflict*, **29**(2):99-113. <http://dx.doi.org/10.1177/0010836794029002001>

- CROUCH, C. 2011. *The Strange Non-Death of Neoliberalism*. Cambridge/Malden, Polity Press, 224 p.
- DALE, G. 2010. *Karl Polanyi: The Limits of the Market*. Cambridge/Malden, Polity Press, 320 p.
- DORLING, D. 2010. *Injustice: Why Social Inequality Persists*. Cambridge/Malden, Polity Press, 400 p.
- ELLIOT, L. 2010. A few strikes don't make a spring of discontent. Disponível em: www.guardian.co.uk/business/2010/mar/29/strike-action-recession-recovery. Acesso em: 07/04/2010.
- FERGUSON, J. 2010. The Uses of Neoliberalism. *Antipode*, 41(1):166-184. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8330.2009.00721.x>
- FINE, B. 2010. Zombieconomics: The living death of the dismal science. In: V. MYKHENKO; K. BIRCH (eds.), *The Rise and Fall of Neoliberalism: The Collapse of an Economic Order?* London, Zed Books, p. 153-170.
- FISHER, M. 2009. *Capitalist Realism: Is there no alternative?* London, Zero Books, 90 p.
- GILLS, B. 2008. Editorial: The Swinging of the Pendulum: The Global Crisis and Beyond. *Globalizations*, 5(4):513-522. <http://dx.doi.org/10.1080/14747730802567389>
- GOUGH, I. 1979. *The Political Economy of the Welfare State*. London, Macmillan, 196 p.
- GRABEL, I. 2010. The Global Financial Crisis: Other issues to watch. Disponível em: <http://triplecrisis.com/the-global-financial-crisis-other-issues-to-watch/>. Acesso em: 10/10/2010.
- GROSSMAN, L. 2009. Zombies are the new Vampires. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1890384,00.html>. Acesso em: 10/10/2010.
- HABERMAS, J. 2001. *The Post-national Constellation*. Cambridge/Malden, Polity Press, 216 p.
- HALPERIN, R. 1988. *Economies across Cultures: Towards a Comparative Science of the Economy*. Houndmills, Macmillan, 226 p.
- HARMAN, C. 2009. *Zombie Capitalism: Global Crises and the Relevance of Marx*. London, Bookmarks, 425 p.
- HARVEY, D. 2005. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford/New York, Oxford University Press, 254 p.
- HARNECKER, M. 2010. Latin America & Twenty-First Century Socialism. *Monthly Review*, 623:1-6.
- HETTNE, B. 1991. Europe and the Crisis: The Regionalist Scenario Revisited. In: M. MENDELL; D. SALÉE (eds.), *The Legacy of Karl Polanyi: Market, State and Society at the End of the Twentieth Century*. New York, Macmillan, p. 133-154.
- HIND, D. 2010. *The Return of the Public*. London, Verso, 256 p.
- JENKINS, P. 2010. Banks seek to exploit new rules. *Financial Times*. 12 abr. Disponível em: www.ft.com/cms/s/0/8fd4eeec-45cb-11df-9e46-00144feab49a.html. Acesso em: 10/10/2010.
- KÖRMENDI, F. 1945. *The Happy Generation*. London, Nicholson & Watson, 635 p.
- KREGEL, J.A. 2000. On the Economic Implications of (Mis)understanding Markets in Transition Countries. In: K. POLANYI-LEVITT, *Karl Polanyi in Vienna*. Montréal, Black Rose Books, p. 350-365.
- HANNES, L. 1999. The politics of the market: Re-reading Karl Polanyi. *Global Society*, 13(3):313-326. <http://dx.doi.org/10.1080/13600829908443193>
- HANNES, L. 2007. The Slight Transformation: Contesting the Legacy of Karl Polanyi. In: A. BUĞRA; K. AĞARTAN, *Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: Market Economy as a Political Project*. Houndmills, Palgrave, p. 49-65.
- LAÏDI, Z. 2007. *The Great Disruption*. Cambridge, Polity Press, 260 p.
- MACKINTOSH, J. 2011. A cautious view of corporate rebound. *Financial Times*, 14 ago.
- MASON, P. 2009. *Meltdown: The End of the Age of Greed*. London/New York, Verso, 256 p.
- MASSEY, D. 2010. The political struggle ahead. *Soundings: a journal of politics and culture*, 45:6-18.
- MCNALLY, D. 2011. *Monsters of the Market: Zombies, Vampires and Global Capitalism*. Leiden, Brill, 272 p. <http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004201576.i-296>
- MCQUAIG, L. 2009. Getting a grip on greed. *Toronto Star*. Disponível em: www.thestar.com/comment/columnists/article/607029. Acesso em: 10/10/2010.
- MIROWSKI, P. 2009. Postface. In: P. MIROWSKI; D. PLEHWE (eds.), *The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge, Harvard University Press, p. 417-457.
- MUDGE, S. 2008. What is Neoliberalism? *Socio-Economic Review*, 6:703-731. <http://dx.doi.org/10.1093/ser/mwn016>
- MUNCK, R. 2006. Globalisation, labour and the Polanyi problem. Disponível em: www.theglobalsite.ac.uk/press/402munck.htm. Acesso em: 15/02/2008.
- MUNCK, R. 2007. *Globalisation and Contestation: The new great counter-movement*. London, Routledge, 161 p.
- MYKHENKO, V.; BIRCH, K. 2010. Conclusion: The End of an Economic Order? In: V. MYKHENKO; K. BIRCH, *The Rise and Fall of Neoliberalism, The Collapse of an Economic Order?* London, Zed Books, p. 255-269.
- NEALE, J. 2004. *What's Wrong with America? How the Rich and Powerful Have Changed America and Now Want to Change the World*. London, Vision, 282 p.
- PABST, A. 2009. Introducing: Karl Polanyi. Disponível em: www.guardian.co.uk/commentisfree/2008/nov/09/economics-creditcrunch. Acesso em: 14/03/2009.
- PECK, J.; THEODORE, N. 2010. Postneoliberalism and its Malcontents. *Antipode*, 41(1):94-116. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8330.2009.00718.x>
- POLANYI, K. 1936-1940. 15-4, Morley College lectures, xix, p. 19-35.
- POLANYI, K. 1947. On the Belief in Economic Determinism. *Sociological Review*, 39(1):8-35.
- POLANYI, K. 1957. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, Beacon Press, 360 p.
- POLANYI, K. 1977. *The Livelihood of Man*. New York, Academic Press, 280 p.
- POLANYI, K. 2001. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, Beacon Press, 360 p.

- POLANYI, K. 2005. Die geistigen Voraussetzungen des Faschismus. In: M. CANGIANI; K. POLANYI-LEVITT; C. THOMASBERGER, *Chronik der großen Transformation, Band 3. Marburg, Metropolis*, p. 50-59.
- PORTER, D.; CRAIG, D. 2004. The third way in the third world: Poverty reduction and social inclusion in the rise of "inclusive liberalism". *Review of International Political Economy*, 11:387-423. <http://dx.doi.org/10.1080/09692290420001672881>
- QUIGGIN, J. 2010. *Zombie Economics: How Dead Ideas Still Walk among us*. Princeton, Princeton University Press, 216 p.
- ROWBOTTOM, J. 2010. *Democracy Distorted: Wealth, Influence and Democratic Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 268 p. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511844805>
- RUSTIN, M. 2010. From the beginning to the end of Neo-Liberalism in Britain. Disponível em: www.opendemocracy.net/ourkingdom/mike-rustin/after-neo-liberalism-in-britain. Acesso em: 20/05/2010.
- SANDBROOK, R. 2011. Polanyi and Post-neoliberalism in the Global South: Dilemmas of Re-embedding the Economy. *New Political Economy*. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563467.2010.504300>. Acesso em: 10/10/2011
- STANFIELD, R. 1986. *The Economic Thought of Karl Polanyi*. Basingstoke, Palgrave, 172 p.
- TETT, G. 2009. Curse of the zombies rises in Europe amid an eerie calm. Disponível em: <http://remington-work.blogspot.com/2009/04/curse-of-zombies-rises-in-europe-amid.html>. Acesso em: 17/05/2010.
- TREANOR, J. 2011. World's wealthiest people now richer than before the credit crunch. Disponível em: www.guardian.co.uk/business/2011/jun/22/worlds-wealthiest-people-now-richer-than-before-the-credit-crunch. Acesso em: 20/11/2011.
- VINCENT, M. 2009. The rich raise the cry of 'No surrender'. *Financial Times*, 26-27 set.
- WADE, R. 2009. Is the Globalization Consensus Dead? *Antipode*, 41(1):142-165.
- WALLERSTEIN, I. 2008. The Demise of Neoliberal Globalization. Disponível em: <http://yaleglobal.yale.edu/content/2008-demise-neoliberal-globalization>. Acesso em: 20/04/2010.
- WATKINS, S. 2010. Shifting Sands. *New Left Review*, 61:5-28.
- WEBSTER, E. et al. 2008. *Grounding Globalization: Labour in the Age of Insecurity*. Oxford, Blackwell, 261 p.
- WILKINSON, R.; PICKETT, K. 2009. *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better*. London, Allen Lane, 330 p.
- WOLF, M. 2009. Seeds of its own destruction. *Financial Times*, 8 mar.
- WOLIN, S. 2010. *Democracy Incorporated: Managed Democracy and the Specter of Inverted Totalitarianism*. Princeton, Princeton University Press, 384 p.

Submetido: 15/08/2012

Aceito: 14/11/2012